



CONTRATO Nº/20

PAD Nº 1747/2019

MINUTA DO CONTRATO
ANEXO XI

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS que entre si fazem o
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO
PARANÁ e a empresa
.....

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 8.666/93, de 21.06.93 e demais normas pertinentes, e em conformidade com o Termo de Abertura de Licitação nº 57/2019, protocolado neste Tribunal sob PAD nº 1747/2019, regularmente autorizado pelo ordenador da despesa, de um lado o:

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, inscrito no **CNPJ sob nº. 03.985.113/0001-81**, com sede na Rua João Parolin, nº. 224, Prado Velho, Curitiba/PR, CEP: 80.220-902, telefone: (41) 3330-8500, regularmente autorizado pelo ordenador de despesa, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Dr. Valcir Mombach, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa:

....., inscrita no CNPJ nº
....., com sede
....., neste ato representada pelo
Sr....., portador do CPF nº.,
doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - A presente contratação tem por objeto a prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), disponibilizando linhas telefônicas fixas (feixe digital ou linhas diretas) para utilização na **modalidade local e longa distância**, sem restrições, para o prédio-sede do TRE/PR, Fórum Eleitoral de Curitiba e para os Cartórios Eleitorais do Paraná, **obedecendo às regras de portabilidade** e também conforme as especificações técnicas, condições, quantidades e detalhamentos contidos neste Contrato, bem como as especificações descritas no Edital de Licitação, Termo de Referência, anexos e neste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO INÍCIO DOS SERVIÇOS

2.2 - Ressalta-se que todos os serviços (instalação ou reprogramação dos sistemas telefônicos constantes nos Anexos IV, V e VI) deverão estar efetivamente operantes na data de início da prestação dos serviços, ou seja, em **01/11/2020**, visto que o período de operação assistida pelos contratos vigentes encerrar-se-á em **31/10/2020**.

2.2.1 - A assinatura do contrato deverá ocorrer em **01/10/2020**, considerando a necessidade de tempo hábil para instalação ou reprogramação).

CLÁUSULA TERCEIRA: DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 - Os Serviços de Telefonia Fixa Comutada (STFC), doravante denominados simplesmente de serviços, a serem contratados pelo TRE/PR estão detalhados neste tópico:

3.1.1 - O TRE/PR requisitará a instalação/habilitação de linha telefônica e DDR de acordo com os quantitativos contidos **nos ITENS 1, e 2 e 3** e também de acordo com a sua efetiva necessidade, sendo-lhe facultada a alteração de quantitativos destinados a determinada localidade, bem como o remanejamento de linhas entre as localidades contempladas em um mesmo grupo. **Por se tratar de serviço estimado, o TRE/PR não está obrigado a contratar o quantitativo previsto em sua totalidade, mas somente o que efetivamente for conveniente e adequado para a administração.**

3.1.2 - Os serviços compreenderão basicamente a interligação da rede interna das unidades da Justiça Eleitoral com a rede da operadora de telefonia fixa, e a utilização desta para realização de chamadas telefônicas locais e de longa distância, para outros telefones fixos ou móveis.

3.1.3 - Para alguns ramais da Sede do TRE/PR poderá ser requerido instalação do sistema de tarifação reversa - 0800.

3.1.4 - Os serviços serão prestados de forma ininterrupta, todos os dias da semana, e 24 (vinte e quatro) horas por dia.

3.1.5 - A base territorial da prestação dos serviços é o Estado do Paraná.

3.1.6 - A descrição dos serviços a serem contratados está indicada a seguir e separada **por regiões e itens** considerando o **Plano Geral de Outorgas - PGO** da Anatel:

Item 1

a) Prestação de Serviço Telefônico Comutado – STFC, modalidade local, para atender as cidades da Região II – Setor 19 (Estado do Paraná), conforme Resolução da Anatel, onde há Cartórios Eleitorais, considerando a quantidade de linhas instaladas, conforme relação contida no Anexo IV.

b) Prestação de Serviço Telefônico Comutado – STFC, modalidade local, para atender o prédio-sede do TRE-PR e Fórum Eleitoral de Curitiba, considerando a quantidade de linhas telefônicas diretas contidas no Anexo V.

c) Prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC nas modalidades de Longa Distância Nacional e Internacional, conforme segue:

c.1) Prestação de serviços para o Setor 19 do Estado do Paraná:

c.1.1) Serviço de Longa Distância Nacional Intra-regional e Inter-regional para a Região I, II e III, nas modalidades fixa para fixa e fixa para móvel, assim entendidas as ligações oriundas do Estado do Paraná, Setor 19 (Paraná).

c.1.2) Serviço de Longa Distância Nacional Internacional, nas modalidades fixa para fixa e fixa para móvel, assim entendidas as ligações oriundas do Estado do Paraná (Região II, Setor 19) para o exterior.

d) Fornecimento, instalação, **sem custo para o TRE/PR**, de serviço de Discagem Direta para 800 ramais, com possibilidade de expansão para até 900 ramais, em feixe E1 para fluxo digital bidirecional de 2Mbps, e prestação de serviço telefônico comutado STFC, modalidade local, para atender ao prédio sede e Fórum Eleitoral, nesta Capital.

d.1) A contratada deverá fornecer/disponibilizar a este TRE/PR 100 (cem) faixas/ranges

adicionais, visto que a atual plataforma deste órgão possui 700 ramais contratados.

e) Todos os Links E1, incluindo os ramais DDR devem possibilitar ligações locais, nacionais (DDD), internacionais (DDI) tanto para telefones fixos quanto para móveis.

f) Todos os elementos necessários para instalação do circuito digital (E1) serão de responsabilidade da contratada.

Item 2

a) Prestação de Serviço Telefônico Comutado – STFC, modalidade local, para atender as cidades da Região II – Setor 20 (Estado do Paraná), conforme Resolução da Anatel, onde há Cartórios Eleitorais, considerando a quantidade de linhas instaladas, conforme contido no Anexo IV.

b) Prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC nas modalidades de Longa Distância Nacional e Internacional, conforme segue:

b.1) Prestação de serviços para o Setor 20 do Estado do Paraná:

b.1.1) Serviço de Longa Distância Nacional Intra-regional e Inter-regional para a Região I, II e III, nas modalidades fixa para fixa e fixa para móvel, assim entendidas as ligações oriundas do Estado do Paraná, Setor 20 (Londrina).

b.1.2) Serviço de Longa Distância Nacional Internacional, nas modalidades fixa para fixa e fixa para móvel, assim entendidas as ligações oriundas do Estado do Paraná (Setor 20) para o exterior.

Item 3

a) Prestação de Serviço Telefônico Comutado – STFC, modalidade local, para atender as cidades de Barracão e Rio Negro (Anexo IV), considerando a quantidade de linhas instaladas, conforme contido no Anexo IV.

b) Prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC nas modalidades de Longa Distância Nacional e Internacional, conforme segue:

b.1) Prestação de serviços para atender as cidades de Barracão e Rio Negro:

b.1.1) Serviço de Longa Distância Nacional Intra-regional e Inter-regional para a Região I, II e III, nas modalidades fixa para fixa e fixa para móvel, assim entendidas as ligações oriundas das cidades de Barracão e Rio Negro;

b.1.2) Serviço de Longa Distância Nacional Internacional, nas modalidades fixa para fixa e fixa para móvel, assim entendidas as ligações oriundas das cidades de Barracão e Rio Negro para o exterior.

3.1.7- Consta no Anexo VI a quantidade e disponibilidade de ramais e faixas/ranges utilizadas na Central Telefônica utilizada pelo TRE-PR.

3.1.8- A central telefônica instalada na sede do TRE-PR é do tipo controlador de chamadas PABX IP, SmartCore.

3.1.9- As despesas e providências quanto à instalação, reprogramação ou transição do sistema telefônico atual DDR ficarão a cargo da Contratada.

3.1.10- A interligação da rede interna das unidades da Justiça Eleitoral com a rede da operadora de telefonia fixa será realizada, conforme o caso, através de feixe digital (link E1) ou acesso direto (linhas diretas).

3.1.11- Nos casos de interligação da rede interna das unidades da Justiça Eleitoral com a rede da operadora de telefonia fixa através de feixe digital observar-se-ão, sem prejuízo das demais condições fixadas neste Termo de Referência, seguindo as condições indicadas nesta cláusula:

a) O feixe digital (link E-1), a ser instalado na Capital, deverá ser bi-direcional, conectado a 2 Mbps, com capacidade para 30 (trinta) canais digitais. A infraestrutura de conectividade poderá ser realizada por fibra óptica, par metálico, rádio/satélite ou ainda outro meio adequado que atenda às necessidades de qualidade da contratação.

b) Os feixes digitais serão conectados a modems ópticos fornecidos pela Contratada e instalados em espaço próprio do prédio-sede do TRE/PR em Curitiba/Paraná.

c) Os modems ópticos, caso tenham que ser fornecidos, ficarão por conta da Contratada.

d) A empresa Contratada ficará responsável pela instalação do *link* até a sala de telefonia/**comutação** onde encontra-se a central telefônica, **ficando a cargo do TRE/PR a conexão do modem óptico com a Central IP SmartCore em uso nas suas instalações.**

e) Os feixes digitais deverão dispor da facilidade DDR (Discagem Direta a Ramais), satisfazendo um plano de numeração com até 900 (novecentos) ramais.

3.1.12- Quanto aos casos de interligação da rede interna das unidades da Justiça Eleitoral com a rede da operadora de telefonia fixa através de acesso direto (linhas diretas) observar-se-ão, sem prejuízo das demais condições fixadas neste Termo, as indicadas nesta cláusula:

3.1.12.1- A empresa contratada ficará responsável pela instalação até o quadro central ou rack de telefonia, nos imóveis em que houver, ou até o ponto em que será instalado o aparelho telefônico, onde não houver quadro central ou rack. As linhas especiais (período eleitoral), deverão ser instaladas até o ponto em que será instalado o aparelho telefônico.

3.1.12.2- Nos imóveis em que a instalação for feita até o quadro central ou rack de telefonia, ficará a cargo do TRE/PR a conexão entre o quadro/rack e o local em que efetivamente será instalado o aparelho telefônico.

3.1.12.3 - O prazo de instalação de novas linhas diretas **não poderá ser superior a 15 (quinze) dias consecutivos**, contados do recebimento da solicitação, encaminhada, preferencialmente, pelo gestor/fiscal do contrato, por meio de correio eletrônico (e-mail). Caso haja a necessidade de aquisição de novo feixe digital E1, o prazo de instalação **não poderá ser superior a 30 (trinta) dias consecutivos**.

3.1.12.4- A operadora deverá prever em sua proposta os custos de instalação/habilitação das linhas telefônicas (feixes digitais e linhas diretas), inclusive decorrentes de eventuais adaptações para compatibilização com a rede interna existente nas unidades da Justiça Eleitoral, observado o disposto na cláusula anterior.

3.1.13- O valor da assinatura básica das linhas diretas (dos Cartórios Eleitorais do Interior, Fórum Eleitoral de Curitiba e do prédio-sede) inclui uma franquia mensal de 100 (cem) minutos, por linha telefônica.

3.1.13.1- Ressalte-se que a franquia acima mencionada deve

estar vinculada ao valor cobrado do minuto de acordo com a tabela de preços da ANATEL.

3.1.14- A operadora deverá disponibilizar as linhas telefônicas (feixe digital ou linhas diretas) ao TRE/PR em perfeita condição de funcionamento e prontas para uso.

3.1.15 - Ocorrerá por meio da Contratada a interligação dos entroncamentos por meio de fibra óptica, par metálico, rádio/satélite ou ainda outro meio adequado que atenda às necessidades de qualidade da contratação, sem ônus adicionais para o Contratante, tanto com a Central PABX IP *SmartCore* como com a rede local de telefonia fixa.

3.1.16- Caso a Contratada seja a atual prestadora de serviços de telefonia fixa comutada, na modalidade local, não poderá ser cobrada a instalação dos acessos.

3.1.17 - Do período eleitoral:

3.1.17.1 - Considerar-se-á período eleitoral de 01 de julho a 30 de novembro nos anos em que houver eleição.

3.1.17.2 - Instalação de linhas adicionais para o período eleitoral em locais definidos conforme informações constantes no Anexo IV:

a) Instalar, aproximadamente, 177 (cento e setenta e sete) linhas telefônicas para atender as cidades da Região II - Setor 19 (Paraná), excluindo-se Curitiba;

b) Instalar 1 (um) linha telefônica em cada cidade de Barracão e Rio Negro;

c) Prestação de Serviço Telefônico Comutado - STFC, modalidade local, para as linhas instaladas acima, nos itens a e b;

d) Prestação de Serviço Telefônico Comutado - STFC, modalidade Longa Distância, para as linhas instaladas acima, nos itens a e b.

3.1.17.2.1 - A comunicação para a instalação das linhas adicionais deverão ser realizadas por e-mail ao gestor da contratada.

3.1.17.3 - As linhas extras solicitadas para as Zonas Eleitorais do interior do Estado do Paraná, deverão estar disponíveis para a utilização a partir do dia 01 de julho.

3.1.17.3.1 - Estas linhas deverão ser levadas até o local indicado pelo Chefe de Cartório, com ou sem a utilização de fios ou cabos.

3.1.17.4 - O período de permanência solicitada da linha deverá ser o mesmo do período eleitoral.

3.1.17.5 - Atender, em, no máximo, 04 (quatro) horas os chamados compreendidos no período eleitoral (considerar-se-á período eleitoral de 01 de julho a 30 de novembro nos anos em que houver eleição).

3.1.17.6 - Todas as linhas extras, de cada região contida no item 3.1.17.2 (a e b), deverão compor 01 (um) único número AGRUPADOR para pagamento.

3.1.17.7 - Disponibilizar técnicos para plantão presencial no sábado, das 07hs às 17hs, véspera da eleição e no domingo, no dia da eleição, das 06hs até o término dos trabalhos.

3.1.17.8 - Está regra não se aplicará à contratada referente as linhas fixas dos Lotes II e III, região de Londrina, Barracão e Rio Negro, tendo em vista o pequeno quantitativo de linhas contratadas, necessitando somente a disponibilização de número (0800) para suporte técnico, registro de reclamações ou sobre outros assuntos referentes ao funcionamento do serviço contratado.

3.1.17.9 - Apresentar previamente à Seção de Apoio Administrativo, 10 (dez) dias antes de cada turno eleitoral, um Plano de Ação de suporte técnico para garantir o adequado funcionamento dos meios de telecomunicações disponibilizados para o TRE/PR.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

4.1 - A Contratada deverá tornar disponível ao TRE/PR, sem custos adicionais, o detalhamento de todas as contas telefônicas, de modo a viabilizar a fiscalização da prestação dos serviços.

4.2 - A Contratada deverá repassar ao TRE/PR os eventuais descontos promocionais, porventura oferecidos ao mercado, para clientes de perfil e porte similares ao do TRE/PR, independente de solicitação deste, sempre que aqueles forem mais vantajosos que os descontos decorrentes desta contratação

4.3 - Cumprir as regras ora estabelecidas, bem como aquelas divulgadas pela ANATEL e demais disposições regulamentares pertinentes aos serviços a serem contratados.

4.4 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo TRE-PR, atendendo de imediato as reclamações.

4.5 - Levar, ao conhecimento do Gestor e Fiscal do contrato, tão logo constatado, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do serviço contratado.

4.6 - Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados.

4.7 - Prestar o serviço, objeto desta contratação, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções programadas e devidamente autorizadas pela Anatel.

4.8 - Fornecer número telefônico (0800) para registro das reclamações sobre o funcionamento do serviço contratado, com funcionamento de 24 (vinte e quatro) horas por 07 (sete) dias da semana;

4.9 - Atender aos chamados dentro de 24 (vinte e quatro) horas úteis em período não eleitoral;

4.10 - Atender, em, no máximo, 04 (quatro) horas os chamados compreendidos no período eleitoral (considerar-se-á período eleitoral de 01 de julho a 30 de novembro nos anos em que houver eleição);

4.11 - Responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do TRE/PR, ou a terceiros, decorrentes da incompatibilidade de ação ou omissão culposa, incluindo os danos decorrentes de sinistros havidos nas redes de comunicação instalada e central telefônica, procedendo imediatamente os reparos ou indenizações cabíveis e assumindo inteiramente o ônus decorrente;

4.12 - A Contratada não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência e concordância do TRE/PR;

4.13 - Garantir a portabilidade numérica de todos os códigos de acesso (acessos digitais/faixas de numeração) e linhas diretas atualmente utilizados pelo TRE/PR, Anexos IV, V e VI, sem qualquer custo ao Contratante;

4.14 - Tornar disponível, quando tecnicamente possível, a fidelização com o código DDD da operadora contratada para realização de chamadas de longa distância originadas nos telefones habilitados para o TRE/PR, destinadas a outros telefones fixos ou móveis pertencentes ao próprio TRE/PR ou a qualquer outro usuário;

4.15 - A quebra ou violação do sigilo telefônico e de dados, a qualquer momento, ensejará a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, salvo por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;

4.16 - A Contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução dos serviços, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do contrato, por fato ou ato de terceiros, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

4.17 - Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa sobre o objeto contratado, não podendo transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento do serviço. A Fiscalização não aceitará a transferência de qualquer responsabilidade da(s) Contratada(s) para terceiros, exceto no caso de autorização devidamente aprovada pela Anatel;

4.18 - A empresa Contratada deverá **indicar preposto, aceito pelo Órgão durante o período de vigência do contrato, para representa-la administrativamente sempre que for necessário**. A comunicação entre o preposto/responsável técnico-administrativo e o gestor/fiscal do contrato deverá ser feita, preferencialmente, via e-mail;

4.19 - Manter-se em compatibilidade com a habilitação e com as obrigações assumidas na licitação até o adimplemento total da contratação.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - A despesa com o presente instrumento correrá:

Programa de Trabalho:
Nota de Empenho:
Elemento da Despesa:
Categoria Econômica: Custeio.
Siasg: 23-0

CLÁUSULA SEXTA: DA VIGÊNCIA

6.1 - O presente contrato vigorará pelo período de **30 (trinta) meses**, a partir da data de assinatura, podendo ser rescindido antecipadamente ou prorrogado nos termos do art. 57, inciso II da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO PAGAMENTO

7.1 - Pelos serviços contratados, o Contratante pagará á Contratada, o VALOR TOTAL ESTIMADO DE **R\$......** (.....), conforme valores a seguir especificados, na proposta detalhada de custos - anexo II, anexa a este contrato:

.....
.....

7.1.1 - O valor da assinatura básica das linhas diretas (dos Cartórios Eleitorais do Interior, Fórum Eleitoral de Curitiba e do prédio-sede) inclui uma franquia mensal de 100 (cem) minutos, por linha telefônica. Ressalte-se que a franquia acima mencionada deve estar vinculada ao valor cobrado do minuto de acordo com a tabela de preços da ANATEL.

7.1.2 - Caso a empresa Contratada seja a atual prestadora de serviços de telefonia fixa comutada, na modalidade local, não poderá ser cobrada a instalação dos acessos.

7.1.3 - O pagamento será efetuado **mensalmente, de acordo com os serviços prestados durante o mês, de acordo com as medições previstas no anexo VIII do edital**, mediante ordem bancária em conta corrente, podendo ocorrer também por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, desde que satisfeitos os requisitos quanto às retenções devidas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir do atestado da nota pelo fiscal, devendo ser encaminhada à Secretaria de Orçamento e Finanças para o pagamento.

7.1.3.1 - Nos termos do **Instrumento de Medição de Resultado - IMR, anexo VIII do edital**, o pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no Instrumento de Medição de Resultado - IMR, o qual define e padroniza a avaliação de desempenho e qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA na execução do contrato de prestação de serviços, de modo a identificar o percentual de aceitação dos serviços, que deverá ser aplicado ao preço mensal do contrato.

7.1.3.2 - Ocorrerá a glosa no pagamento devido à CONTRATADA, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas, conforme o Instrumento de Medição de Resultado, conforme abaixo:

7.1.3.3 - O pagamento mensal ficará **vinculado ao cumprimento dos níveis de serviços** definidos no **Anexo VIII** do edital. O valor do pagamento mensal dos serviços (1) será calculado como **sendo o valor da fatura mensal, menos a soma de glosas e multas computadas e aplicáveis no período correspondente**.

$$(1) \quad \text{VPM} = \text{VFM} * (1 - \text{TGM})$$

Onde:

VPM = Valor a ser Pago no Mês

VFM = Valor do Faturamento Mensal

TGM = Total de Glosas no Mês

7.1.3.4 - O Total de Glosas e Multas do período será calculado pelo apurado no mês correspondente, seguido pelas definições da Tabela 1 - **Indicadores e Metodologias do IMR - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (Anexo VIII)**, dividido pelo quociente 720 (24h x 30 dias). As pontuações devidas são motivadas pelo descumprimento do acordo de níveis de serviços pela Contratada.

Σ Pontos Recebidos

7.2 - Do documento fiscal:

7.2.1 - O período para faturamento deverá ser mensal.

7.2.2 - Os faturamentos seguirão a convenção de mês comercial - inclusive os proporcionais (pro rata die). Essa convenção também se aplicará a reajustes, repactuações, acréscimos, supressões, prorrogações e demais alterações contratuais supervenientes.

7.2.2.1 - A emissão do documento fiscal deverá ocorrer no mês subsequente ao que faz referência.

7.2.3 - Apresentar, **com antecedência mínima de 20 (vinte) dias da data do vencimento**, no TRE/PR (**Seção de Protocolo**), mensalmente, **as faturas (ramais e linhas diretas) na forma impressa ou de forma complementar, deverá também ser fornecido, via sítio na internet, arquivo no formato de planilha eletrônica ou outro formato estabelecido em comum acordo entre as partes**, relativo a cada Nota Fiscal de Serviço.

7.2.4 - No arquivo deverão estar discriminados, obrigatoriamente, no mínimo, de forma detalhada, as seguintes informações:

- a) tipos de ligações tarifadas;
- b) códigos de acesso e localidades dos terminais de origem;
- c) códigos de acesso e localidades dos terminais de destino;
- d) código do serviço;
- e) descrição do serviço;
- f) data, horário, duração das ligações e número do telefone de destino;
- g) valores e descontos oferecidos;
- h) mês/ano de referência.
- i) número da fatura

7.2.5 - O ciclo de faturamento deverá ser correspondente ao mês fechado, ou seja, do primeiro dia ao último dia do mês o qual foi realizado o serviço.

7.2.6 - O pagamento será efetuado até a data de vencimento expressa na nota fiscal/fatura, desde que apresentada ao TRE/PR com antecedência mínima de vinte (20) dias da data do vencimento, ou disponibilizá-lo em meio virtual através de portal web no mesmo prazo acima mencionado.

7.2.7 - A Nota Fiscal de Serviço deverá conter a indicação resumida dos serviços a que se refira, executados no respectivo período de competência, sendo vedada a inclusão de serviços que não tenham sido expressamente contratados/requisitados pelo TRE/PR.

7.2.8 - O documento fiscal deverá atender os requisitos abaixo, podendo ser emitido na forma eletrônica - NOTA FISCAL ELETRÔNICA, nos termos da legislação vigente, devendo ser encaminhado ao gestor do contrato do TRE/PR por e-mail, saa@tre-pr.jus.br e csta@tre-pr.jus.br, em formato PDF ou emitido na forma física devendo ser encaminhado a Seção de Protocolo, localizada na Rua João Parolin, 224, 1º andar, Curitiba/Paraná.

7.2.8.1 - O CNPJ cadastrado no sistema comprasnet/documentos de habilitação, para fins de participação no certame, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais/faturas para posterior pagamento.

7.2.8.2 - Caso a CONTRATADA não possa emitir as notas fiscais/faturas com o mesmo CNPJ habilitado, poderá fazê-lo através da eventual matriz ou filial da mesma empresa CONTRATADA. Nesse caso, ambos os CNPJs (CONTRATADA e eventual matriz ou filial utilizada) deverão estar com a documentação fiscal regular e atender obrigatoriamente os seguintes requisitos:

- CNPJ da CONTRATADA
- CNPJ do TRE/PR: 03.985.113/0001-81;
- Data de emissão da nota fiscal;
- Descritivo dos valores mensais,
- Número do contrato;
- Banco; Agência; Número da conta corrente (obrigatoriamente da própria CONTRATADA).

7.2.8.3 - A Nota Fiscal/Fatura, após o atestado do gestor da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento.

7.3 - Das condições do pagamento:

7.3.1 - O pagamento somente ocorrerá depois de atestado pelo gestor do contrato designado para esta finalidade. O atestado será realizado, obedecendo o prazo e formulário específico, conforme dispositivos legais deste TRE/PR.

7.3.2 - O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, em parcela única, conforme indicação da CONTRATADA no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os seguintes prazos:

7.3.2.1 - Prazo para atestado da Nota fiscal: até 05 (cinco) dias úteis a partir do aceite da nota fiscal pelo gestor, a qual deverá ser enviada pela empresa somente após cumpridas todas as exigências contratuais.

7.3.2.1.1 - A Nota Fiscal/Fatura, após o atestado do gestor da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento.

7.3.2.2 - Prazo para pagamento da Nota Fiscal: **até 20 (vinte) dias corridos** após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor.

7.3.2.3 - Será considerado como data do pagamento, o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.3.3 - O gestor da contratação do TRE/PR procederá à conferência dos requisitos da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho, bem como apresentar o mesmo número de CNPJ cadastrado, habilitado e constante nos documentos entregues, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, salvo na hipótese prevista no item 7.2.1.2.

7.3.3.1 - Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TRE/PR.

7.3.4 - O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos

decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste contrato.

7.3.5 - Na eventual ocorrência de atraso de pagamento, e desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, serão devidos encargos moratórios pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante solicitação formal do interessado, que serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

7.4 - Da regularidade fiscal:

7.4.1 - Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

7.4.1.1 - A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

7.4.1.1.1 - Permanecendo a inadimplência poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste contrato.

7.4.2 - A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;

b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;

c) por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

7.4.2.1 - O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

CLÁUSULA OITAVA: DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

8.1 - Da substituição tributária:

8.1.1 - Serão feitas as retenções tributárias federais e municipais incidentes sobre a contratação, conforme artigo 64 da Lei 9.430/96, IN RFB 1234/12, IN RFB 971/09, L. C. 116/2003 e L. C. 123/06, conforme o objeto da contratação.

8.2 - Dos tributos federais:

8.2.1 - Será efetuada a retenção dos tributos federais aplicando-se, sobre o valor a ser pago, o percentual constante da Tabela de Retenção da IN RFB 1234/12.

8.2.2 - Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (SIMPLES), não haverá a retenção de que trata o item acima.

8.2.3 - A nota fiscal, cuja empresa contratada seja Optante do SIMPLES, deverá estar acompanhada da Declaração, nos termos do caput do artigo 6º da IN RFB 1234/12 - anexo IV.

8.3 - Da retenção previdenciária:

8.3.1 - Quando o objeto da contratação contemplar cessão de mão de obra ou empreitada, poderá ocorrer a retenção do INSS prevista no artigo 112, sobre os serviços elencados nos artigos 117 e 118 da IN RFB 971/09.

8.4 - Da retenção do ISS:

8.4.1 - Sobre serviços, poderá ocorrer a retenção do ISS, quando o objeto da contratação se enquadrar no inciso II, do § 2º do art.6º da L.C.116/03.

8.4.2 - Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (SIMPLES), deverá destacar na nota fiscal de prestação de serviços a alíquota na qual está enquadrada, conforme os anexos III ou IV da Lei Complementar 123/06. Caso não haja o referido destaque, será considerada a alíquota máxima vigente, ou seja, 5% (cinco por cento).

8.5 - Quanto à incidência das retenções de tributos prevalecerá sempre a legislação vigente, mesmo que venham a contrariar as disposições acima, conforme sua incidência ou não sobre o objeto contratado.

CLÁUSULA NONA: DO CRITÉRIO DE REAJUSTE

9.1 - Os preços serão reajustados, a cada 12 (doze) meses, contados da apresentação da proposta (Data da abertura da Licitação), segundo a variação do IST - Índice de Serviços de Telecomunicações, divulgado pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, ou outro índice que venha a substituí-lo.

9.2 - A Contratada deverá encaminhar ao Contratante para análise, as comprovações documentais pertinentes à concessão do reajuste.

9.3 - Na hipótese da Anatel determinar a redução das tarifas, a Contratada deverá repassar ao Contratante, a partir da mesma data-base, as tarifas reduzidas.

9.4 - A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro por meio de documentação que evidenciem a majoração dos custos, avaliados face às planilhas de composição de preços pertinentes e após ampla pesquisa de mercado.

9.5 - A revisão deferida pelo Contratante será concedida retroativamente à data em que foi protocolado o pedido pela Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO GESTOR DO CONTRATO

10.1 - A fiscalização e a gestão serão realizadas por servidores devidamente designados pela Administração, em consonância com o artigo 67, parágrafos 1.º e 2.º: da Lei nº 8.666/93.

10.2 - O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato consistem na verificação, pelo CONTRATANTE, da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste.

10.2.1 - A existência desse acompanhamento não exime a

CONTRATADA de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer da execução contratual.

10.3 - Nos termos da Lei nº 8.666/93, art. 67, parágrafos 1º e 2º, caberá aos gestores:

a) receber e atestar a nota fiscal referente à aquisição encaminhando a fatura pertinente ao setor responsável da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade do TRE/PR para pagamento.

b) acompanhar o fornecimento de acordo com as condições contratadas, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, sob pena de responsabilização administrativa.

c) Comunicar à CONTRATADA via e-mail, carta ou ofício, fixando prazos para solucionar problemas, correções dos defeitos ou irregularidades encontradas na execução do objeto.

d) Se a inexecução persistir, o gestor deverá criar um PAD específico de abertura de processo administrativo e encaminhá-lo à Secretaria de Gestão Administrativa, devidamente instruído com todas as informações pertinentes constante de formulário específico, anexando-se cópia do e-mail do subitem acima, referente à intenção de abertura de Processo Administrativo, com o respectivo comprovante de recebimento pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1- O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas do presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com aplicação das seguintes sanções de acordo com o capítulo IV da Lei 8666/93 e art. 7º da Lei 10.520/02:

a) advertência.

b) Multas:

1. Multa de 1,0% (um por cento) ao dia pelo atraso na execução dos serviços e aos prazos estipulados, neste contrato e seus anexos, incidente sobre o valor total inadimplido, limitada a 10 dias. Após esse prazo, será considerado inadimplemento parcial, com multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do serviço inadimplido, limitado a 30 (trinta) dias. A partir do 31º dia de atraso, será considerado inadimplência total, observada a proposta da CONTRATADA.

2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, pela má execução dos serviços ou execução incompatível com o contratado, sem prejuízo da correção dos defeitos e irregularidades verificados;

3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, pela interrupção injustificada na prestação dos serviços ou por inadimplência reiterada, que obrigue o CONTRATANTE pedir a rescisão.

4. Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor da fatura mensal, pela recusa na prestação dos serviços de acordo com as condições e especificações contratadas, ou pelo não atendimento a quaisquer das obrigações pactuadas, que implique prejuízo ao contratante.

5. multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato pela cessação da prestação dos serviços ou pelo inadimplemento total do contrato.

c) Será aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, conforme previsto no art.7º da Lei 10.520/2002, bem como o descredenciamento do Sicafe, ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme a gravidade do inadimplemento da obrigação e prejuízos ocasionados quando a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação

falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

Parágrafo único - As sanções previstas na Cláusula Décima Primeira, alíneas “a” e “c”, poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, com a pena de multa.

11.2 - As multas imputadas à Contratada cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Fazenda¹ e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei 6830/80, sem prejuízo da correção monetária.

11.3 - A CONTRATADA autoriza desde já ao desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO DO CONTRATO

12.1 - Ficará o presente contrato rescindido, a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos casos elencados no art. 78 a 80 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS CASOS OMISSOS

13.1 - Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/99, no Código de Defesa do Consumidor e demais normas e princípios gerais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

14.1 - Fica eleito o Foro de Curitiba-PR, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa vir a ser, para dirimir eventuais divergências oriundas do presente contrato.

14.2 - E, por estarem assim justas e contratadas assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Curitiba,de de 20.....

.....
Representante Legal
p/Contratada

Dr. Valcir Mombach
Diretor-Geral - TRE/PR
p/Contratante

Anexar ao contrato a proposta vencedora – anexo II do edital.

¹ Artigo 1.º, inciso I da Portaria n.º 75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012